



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 22, n. 4, art. 5, p. 88-105, abr. 2025

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2025.22.4.5>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



Os Aspectos Penais do Tráfico Internacional de Mulheres para fins de Exploração Sexual: Desafios para a Proteção e Justiça

The Criminal Aspects of International Trafficking in Women for the Purposes of Sexual Exploitation: Challenges for Protection and Justice

Luma Emanuely Sousa Lustosa

Graduação em direito pelo Centro Universitário Santo Agostinho
lumasousaemanuely13@gmail.com

Sara Nascimento Gonçalves

Graduação em direito pelo Centro Universitário Santo Agostinho
lumasousaemanuely13@gmail.com

Wirna Maria Alves da Silva

Doutora em Ciências Criminais pela Escola de Direito da PUC do Rio Grande do Sul
Professora do Centro Universitário Santo Agostinho
E-mail: wirnaalves@unifsa.com.br

Endereço: Luma Emanuely Sousa Lustosa

Av. Prof. Valter Alencar, 665 - São Pedro, Teresina - PI,
64019-625, Brasil.

Endereço: Sara Nascimento Gonçalves

Av. Prof. Valter Alencar, 665 - São Pedro, Teresina - PI,
64019-625, Brasil.

Endereço: Wirna Maria Alves da Silva

Av. Prof. Valter Alencar, 665 - São Pedro, Teresina - PI,
64019-625, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

**Artigo recebido em 02/04/2025. Última versão
recebida em 08/04/2025. Aprovado em 09/04/2025.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O presente artigo analisa o tráfico internacional de mulheres para exploração sexual, destacando os desafios de proteção e justiça. Por meio de revisão bibliográfica e de análises da literatura, serão apresentadas as principais características do crime, os desafios de proteção às vítimas e as contramedidas legais, a ser exemplo a Lei nº 13.344/2016 e o Protocolo de Palermo, com o fito de elucidar como os principais desafios enfrentados pelo sistema de justiça penal impactam na perpetuação desse crime. Logo, o estudo destaca a necessidade de políticas públicas mais eficazes e de maior colaboração entre as instituições judiciais.

Palavras-chave: Tráfico Internacional de Mulheres. Exploração Sexual. Desafios. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article analyzes the international trafficking of women for sexual exploitation, highlighting the challenges of protection and justice. Through a bibliographical review and analysis of the literature, the main characteristics of the crime will be the main characteristics of the crime, the challenges of protecting victims and the legal victims and legal countermeasures, such as Law No. 13.344/2016 and the Palermo Protocol, with the aim of Palermo Protocol, with the aim of elucidating how the main challenges faced by the criminal justice system the criminal justice system have an impact on the perpetuation of this crime. Therefore, the study highlights the need for more effective public policies and greater collaboration between judicial institutions.

Keywords: International Trafficking in Women. Sexual Exploitation. Challenges. Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

O tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual é um crime transnacional extremamente grave, além de ser uma violação sistemática dos direitos humanos. Desse modo, é também um dos principais desafios que o sistema de justiça criminal enfrenta atualmente. Tal situação é impulsionada por redes criminosas altamente organizadas, que geram milhares de milhões de dólares anualmente e são apoiadas por um conjunto complexo de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Com isso, a globalização e os avanços nas tecnologias de comunicação aumentaram as oportunidades de manipulação e deslocamento de vítimas, tornando mais complexa a detecção e repressão dessas atividades ilegais.

No âmbito jurídico, tanto em nível nacional quanto internacional, várias regulamentações buscam combater esse crime, mas ainda existem desafios estruturais que dificultam a proteção das vítimas e a responsabilização dos infratores. Nesse viés, no Brasil, a Lei nº 13.344/2016, a qual trata sobre a repressão ao tráfico humano, marca um avanço significativo na luta contra esse crime, enquanto, em nível internacional, o protocolo de Palermo – Decreto nº 5.017 – fornece orientações fundamentais para a colaboração entre os países. Contudo, a escassez de recursos, a corrupção e a falta de uma abordagem integrada limitam a execução dessas legislações, continuando a permitir a impunidade dos traficantes e a vulnerabilidade das vítimas.

Não obstante, a complexidade deste crime vai além do sistema penal e requer uma análise multidisciplinar. A presença de barreiras linguísticas e culturais, a desconfiança das vítimas em relação às autoridades e a dificuldade no acesso a apoio jurídico e psicológico são elementos que dificultam as denúncias e a acolhida adequada das mulheres traficadas. A falta de políticas eficazes e a baixa conscientização da sociedade pioram essa situação, contribuindo para a subnotificação dos incidentes e a execução de ações preventivas e punitivas.

Nesse cenário, esta pesquisa pretende explorar os obstáculos que o sistema de justiça penal enfrenta na identificação, investigação e punição dos responsáveis pelo tráfico internacional de mulheres para exploração sexual. Para isso, a análise inclui as legislações pertinentes, as dificuldades práticas em coibir esse crime e as estratégias de proteção para as vítimas. Por meio de uma revisão da literatura, o objetivo é identificar falhas nos atuais modelos e sugerir estratégias que possam reforçar a resposta legal e institucional, o que assegura uma maior eficácia no combate ao crime de tráfico internacional de mulheres

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas e Ações Governamentais na Prevenção e Combate ao Tráfico de Mulheres

Para compreender os elementos desta pesquisa, é de suma importância avaliar a efetividade das políticas públicas e iniciativas do governo brasileiro no enfrentamento ao tráfico de mulheres. Com isso, a eficácia dessas ações é imprescindível para diminuir a vulnerabilidade das vítimas e debilitar as organizações criminosas. Sem uma análise detalhada de sua implementação e detecção de falhas, não é possível compreender os obstáculos encontrados e sugerir aprimoramentos na defesa das vítimas e no sistema de justiça criminal. Nesse cenário, o conceito de tráfico humano, conforme estabelecido no Protocolo de Palermo, ganha destaque.

A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos. (BRASIL. Decreto nº 5017, de 2004. Protocolo de Palermo)

Depreende-se do excerto que o Protocolo de Palermo determina que a permissão da vítima é dispensável quando ocorre exploração, particularmente em circunstâncias de vulnerabilidade. Esta definição foi essencial para estabelecer um quadro legal mundial contra o tráfico humano, enfatizando a necessidade de políticas públicas efetivas para salvaguardar as vítimas e penalizar os infratores. Ainda nesse viés, consoante Maria Paula Dallari Bucci, políticas públicas são caracterizadas como diretrizes governamentais.

Políticas públicas são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. (BUCCI, Maria Paula Dallari, 2006, p. 241)

Tal definição destaca o papel do Estado na garantia de direitos e no atendimento de demandas sociais, sobretudo quanto ao combate ao tráfico de mulheres para exploração sexual, o que exige políticas públicas eficazes que integrem prevenção, repressão e suporte às vítimas.

A luta contra o tráfico de mulheres requer prevenção através da educação e campanhas de sensibilização, juntamente com políticas governamentais que assegurem redes de proteção, suporte psicológico e legal, bem como a reintegração social das vítimas.

Para tanto, a intervenção do Estado é essencial para fortalecer a cooperação internacional e a aplicação de tratados como o Protocolo de Palermo. Sem políticas públicas estruturadas, o combate ao tráfico de mulheres se torna ineficaz e fragmentado. Assim, Bucci reforça a necessidade de uma abordagem estatal contínua para proteger grupos vulneráveis e garantir seus direitos fundamentais.

Ademais, é importante estabelecer políticas públicas nas áreas econômica, migratória e de combate ao tráfico de drogas. No contexto do tráfico de mulheres, as políticas econômicas desempenham um papel fundamental, uma vez que a desigualdade e a escassez de empregos elevam a vulnerabilidade feminina, em que as mulheres se tornam alvos fáceis para os traficantes. Assim, incentivar o crescimento econômico e gerar oportunidades de trabalho, principalmente em áreas vulneráveis, contribui para a prevenção do tráfico, diminuindo as circunstâncias que favorecem a exploração.

Para mais, as políticas migratórias, que controlam a passagem de fronteiras, são fundamentais na luta contra o tráfico de mulheres. Um monitoramento eficiente possibilita a detecção de ações suspeitas, evitando a exploração de mulheres seduzidas por falsas promessas de trabalho no exterior. Ainda, políticas de migração que honram os direitos humanos proporcionam suporte a imigrantes em situação de vulnerabilidade, diminuindo a probabilidade de exploração, constituindo medidas importantes para a prevenção do tráfico humano. Portanto, é essencial uma política migratória que resguarde as mulheres para combater o tráfico internacional.

Desse modo, as políticas de combate ao tráfico de pessoas devem visar prevenir, punir e erradicar o crime, com foco na repressão e no apoio às vítimas. Elas envolvem leis específicas, campanhas de sensibilização, redes de proteção e cooperação internacional. No caso do tráfico de mulheres para exploração sexual, essas políticas são fundamentais para dismantelar redes criminosas, proteger as vítimas e facilitar sua reintegração social, sendo necessárias para abranger prevenção, punição dos traficantes e reabilitação das vítimas. Logo, Leila Bijos e Cecília Bijos expõem que:

Há três tipos de políticas que devem ser consideradas quando se trata de tráfico de pessoas: políticas econômicas, políticas de migração e políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, sendo a última dependente das restantes. Tal tipificação acarreta a necessidade de a política de enfrentamento ao tráfico de seres humanos ter um caráter multidisciplinar, cujas ações devem ser estabelecidas e executadas

conjuntamente com diversos setores e sob vários aspectos. Uma política pública para o combate do fenômeno deve ter como estratégia fundamental – a articulação – entre as diferentes políticas e setores para implementar uma concepção multidimensional e Intersetorial na esfera do público e dos movimentos sociais, o que certamente apressará os passos da Política e do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.” (BIJOS, Leila; BIJOS, Cecília. 2011, p. 210)

As autoras enfatizam a complexidade do tráfico humano e a exigência de uma estratégia unificada para enfrentá-lo. Elas sugerem que uma política pública eficiente deve abranger medidas econômicas, migratórias e de combate ao tráfico. Logo, a efetividade dessas medidas está indissociavelmente ligada às condições socioeconômicas e às normas definidas pelas políticas econômicas e migratórias, que contribuem para diminuir a vulnerabilidade desses grupos.

Não obstante, a escassez de fundos e a baixa qualificação nas entidades encarregadas da execução dessas políticas prejudicam a sua efetividade, pois, sem um investimento apropriado em capacitação e recursos, as agências se deparam com desafios operacionais que comprometem a implementação das ações previstas.

Além disso, as desigualdades regionais podem resultar em estratégias padronizadas e genéricas que ignoram as especificidades de cada região. Por isso, faz-se necessário ajustar as políticas às condições socioeconômicas de diversas regiões para salvaguardar efetivamente mulheres e meninas suscetíveis ao tráfico.

Ainda, a resistência cultural e o estigma associado às vítimas de tráfico representam barreiras significativas. O preconceito e a desinformação, particularmente em relação à violência de gênero, complicam o suporte social às vítimas, aumentando o desafio para organizações e movimentos sociais.

Finalmente, a necessidade de cooperação internacional é de máxima importância, dado que o tráfico de pessoas é um problema transnacional. Assim, a falta de alinhamento entre políticas de diferentes países pode permitir que redes de tráfico operem sem obstáculos, já que muitos casos envolvem migrações através de fronteiras.

2.2 Desafios e Barreiras na Proteção das Vítimas de Tráfico Internacional de Mulheres: Perspectivas Legais, Sociais e Institucionais

O tráfico de mulheres para fins de exploração sexual é uma questão complexa que engloba aspectos jurídicos, sociais e institucionais. Apesar do reconhecimento crescente do problema, ainda persistem diversos obstáculos, a ser exemplo brechas na legislação e na

implementação das leis, que levam à impunidade dos traficantes e à escassez de recursos para as vítimas, comprometendo sua proteção e acesso à justiça.

As falhas jurídicas no enfrentamento ao tráfico de mulheres englobam a ausência de uma definição precisa do delito, penalidades inadequadas e assistência insuficiente às vítimas. A ausência de leis mais severas permite que organizações criminosas aproveitem falhas, e a ineficácia das legislações vigentes resulta em impunidade, complicando as denúncias e a intervenção das autoridades. A complexidade do tráfico, que abrange diversos agentes e fronteiras, requer uma estratégia legal sólida para assegurar a efetividade das políticas públicas.

É de suma importância identificar e corrigir as falhas jurídicas para salvaguardar as vítimas e estabelecer um sistema legal eficiente na luta contra o tráfico de mulheres. Isso requer colaboração entre instituições e uma perspectiva multidisciplinar, que envolva legisladores, ONGs, sociedade civil e entidades internacionais. Com isso, torna-se imprescindível revisar e atualizar constantemente as leis para lidar com as alterações no tráfico internacional de mulheres.

Do ponto de vista social, a estigmatização e as discriminações enfrentadas pelas vítimas dificultam sua reintegração à sociedade, levando-as à marginalização e à exclusão. Essas barreiras afetam a saúde mental e emocional das vítimas e limitam sua capacidade de buscar ajuda e reconstruir suas vidas.

A resistência cultural e a estigmatização das vítimas de tráfico, alimentadas pelo preconceito e pela desinformação, dificultam o apoio social e tornam o trabalho de organizações e movimentos sociais mais desafiador.

Cristina Paranhos Olmos explica que a discriminação no tráfico de mulheres é baseada em preconceitos estruturais e culturais, como raça, sexo ou nacionalidade. Esse "juízo sedimentado desqualificador" reforça a vulnerabilidade das vítimas e, ao mesmo tempo, dificulta o apoio e a proteção da sociedade e das instituições.

Para isso, o comércio de mulheres utiliza estereótipos preconceituosos, impactando principalmente mulheres pertencentes a grupos marginalizados, tais como minorias étnicas ou classes sociais inferiores. Desse modo, essas vítimas são classificadas de maneira preconceituosa, resultando em uma percepção equivocada de que o tráfico é uma "opção" ou "modo de vida", ignorando a violência inerente. Isso leva a uma dupla marginalização, devido ao crime que cometem e ao julgamento social.

Urge ressaltar que a violência de gênero tem um papel fundamental no tráfico de mulheres para fins sexuais, facilitando a coação e manipulação das vítimas, além de

intensificar o estigma que impede sua reintegração e proteção. Esta violência, fundamentada em desigualdades sociais e culturais, faz das mulheres presas fáceis para redes de exploração, que se favorecem da objetificação feminina. Nas palavras de Sérgio Gomes da Silva,

(...) não compreendemos a violência contra as mulheres apenas como um ou vários atos sistematizados de agressão contra o seu corpo, seja da ordem do abuso sexual, seja do espancamento, da tortura física ou psicológica. No nosso entender, a violência que a mulher sofre está no seu dia a dia, incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade, de homens, mas também de mulheres, que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino. A violência contra as mulheres está velada no mascaramento e na subordinação da nossa linguagem cotidiana, no uso de expressões e de diversos *jogos de linguagem*, nas palavras de duplo sentido, na criação de referenciais para dar conta de uma realidade que não é a mais condizente com o seu papel na sociedade, também na criação de estereótipos que moldam formas singulares de preconceito e discriminação através de personagens da vida cotidiana, tais como *a doméstica, a dona de casa, a professorinha, a mãe e a garota de programa estilo exportação*, entre tantos outros tipos, cuja imagem se transformou em um objeto tão vendável quanto qualquer outro produto de consumo, com o corpo explorado através da mídia, além de servir às leis imperativas do comércio e do turismo sexual. (GOMES da Silva, S, 2010, p. 22)

O autor analisa como a violência contra as mulheres está enraizada no imaginário social, alimentando uma lógica de subordinação feminina que vai além das agressões físicas ou psicológicas. Essa violência se perpetua através de estereótipos sociais que reduzem as mulheres a papéis subordinados, como o da “garota de programa estilo exportação”, o que agrava a estigmatização das vítimas do tráfico internacional para exploração sexual.

As pessoas traficadas, muitas vezes percebidas como “mercadorias sexuais”, sofrem discriminação e estigma tanto em suas comunidades locais quanto em escala global. Este estigma, fundamentado em estereótipos sociais, resulta em dupla marginalização: como vítimas de violência e como alvos de uma cultura que as objetifica. Este estigma as impede de procurar auxílio, pois receiam ser julgadas e a sociedade normalizar sua exploração.

A imagem da mulher como “prostituta” ou “mulher descartável” intensifica o ciclo de violência, desumanizando-a e dificultando para a sociedade a identificação dela como vítima. Esta normalização, resultante da violência simbólica e estrutural, torna a exploração sexual considerada normal pela sociedade e pelos sistemas que se favorecem do tráfico.

Além disso, a aplicação dessas normativas esbarra em recursos insuficientes e em sistemas judiciais sobrecarregados, resultando em uma execução falha e uma fiscalização inadequada. Embora a legislação internacional forneça uma base para proteger os direitos das vítimas, a realidade é que, sem uma estrutura de cooperação eficiente e sem um compromisso robusto dos governos, esses instrumentos legais permanecem subutilizados e, muitas vezes, ineficazes.

Em suma, a existência de legislações internacionais amplamente reconhecidas reflete um importante compromisso com a proteção dos direitos humanos e a erradicação do tráfico de mulheres. No entanto, as barreiras institucionais, a falta de articulação entre as entidades e a ausência de um plano de ação coordenado comprometem a implementação e a eficácia desses dispositivos. Logo, a superação dessas barreiras deve passar pela criação de redes de apoio interinstitucionais, pelo investimento em capacitação e recursos e pela conscientização pública, para que os direitos previstos nos tratados internacionais sejam, de fato, assegurados na prática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Vulnerabilidade e Perpetuação do Tráfico Internacional de Mulheres: Uma Análise do Perfil das Vítimas

O tráfico internacional de pessoas é um crime que afeta milhões de indivíduos em todo o mundo, mas um aspecto particularmente alarmante desse fenômeno é a predominância de mulheres entre suas vítimas. Estudos e pesquisas têm demonstrado que as mulheres representam uma parte significativa das pessoas traficadas, especialmente para fins de exploração sexual. Essa realidade reflete não apenas a vulnerabilidade inerente de mulheres em contextos de desigualdade socioeconômica e discriminação de gênero, mas também as dinâmicas de poder que sustentam o tráfico.

Nesse sentido, a Pesquisa de Avaliação de Necessidades sobre o Tráfico Internacional de Pessoas e Crimes Correlatos, realizada em 2022, revela que as mulheres são os principais alvos dos criminosos, sobretudo para fins de exploração sexual. Um levantamento realizado pela Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (CTETP/UFMG), com base em 144 processos, identificou 714 vítimas, das quais 688 são mulheres (96,36% do total) e seis são homens (0,84%). Ademais, Anna Carolina da Conceição Aureliano, mestra em Relações Internacionais, afirma que:

É um crime que tem perspectiva de gênero. As relações desiguais de gênero socialmente construídas, culturalmente aceitas e historicamente reproduzidas confirmam-se de forma definitiva no âmbito do tráfico de pessoas, configurando-se como uma das piores formas de violência de gênero. Ainda é necessário caminhar para alcançar o combate aos elementos inerentes ao fenômeno do tráfico internacional de pessoas, sobretudo no que se refere à articulação e transversalização das políticas nacionais e regionais, para a efetividade de uma rede de enfrentamento, com estratégias de superação das desigualdades e violências de gênero. (Agência do Senado. 2023)

O tráfico internacional de pessoas é um crime que revela uma clara perspectiva de gênero, com um perfil das vítimas que, na maioria das vezes, é composto por mulheres. As relações desiguais de gênero, que são socialmente construídas e culturalmente aceitas, criam um contexto propício para a exploração dessas mulheres, configurando o tráfico como uma das mais graves formas de violência de gênero. Tais desigualdades estruturais não apenas tornam as mulheres alvos mais vulneráveis, mas também refletem uma dinâmica de poder que perpetua a subordinação feminina em diversas esferas sociais.

Logo, a predominância de mulheres entre as vítimas do tráfico é um indicativo de que as estruturas sociais e as normas culturais continuam a legitimar e reforçar a exploração sexual e a violência. Como afirma a Agência do Senado, ainda é necessário avançar na luta contra os elementos que compõem esse fenômeno, especialmente no que tange à articulação e transversalização das políticas nacionais e regionais. Para isso, a implementação de uma rede de enfrentamento que integre diferentes setores da sociedade é fundamental para desenvolver estratégias eficazes que visem à superação das desigualdades e das violências de gênero.

Portanto, a efetividade das políticas públicas e das iniciativas de combate ao tráfico de pessoas passa pela necessidade de reconhecer e abordar as relações de gênero que alimentam esse crime. É imprescindível que os esforços para combater o tráfico internacional de pessoas sejam acompanhados de ações que promovam a igualdade de gênero, garantindo não apenas a proteção das vítimas, mas também a transformação das estruturas sociais que perpetuam sua vulnerabilidade.

Consoante a especialista no combate ao tráfico de pessoas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC - , Heloisa Greco, que elaborou o relatório, mais de 90% dos profissionais que forneceram informações concluíram que a pobreza e o desemprego são as principais razões pelas quais as pessoas se tornam vítimas desse crime, sobretudo nos casos de trabalho forçado. Condições econômicas precárias e falta de perspectivas de emprego podem levar as pessoas a aceitar ofertas degradantes, que mais tarde acabam por se revelar uma forma de exploração. Muitas vezes, é a única opção de sobrevivência que encontram.

Assim, a relação entre pobreza e tráfico sexual é amplamente documentada. Em regiões onde faltam empregos e serviços essenciais, as vítimas muitas vezes veem essas "ofertas" como oportunidades de melhorar suas condições de vida, sem perceber o risco real envolvido. Esse ciclo de exploração é reforçado por uma estrutura social que limita o acesso das mulheres a recursos e perspectivas econômicas, criando uma vulnerabilidade que diversos traficantes exploram deliberadamente.

Além disso, a Organização das Nações Unidas aponta que essa vulnerabilidade social é mais crítica entre grupos marginalizados, onde mulheres são desproporcionalmente afetadas devido a desigualdades de gênero, além de preconceitos e violências que dificultam a saída desse ciclo. Portanto, o tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual é, em muitos aspectos, um reflexo de desigualdades sistêmicas que exigem uma abordagem integrada e preventiva para combater as raízes da pobreza e promover a igualdade de gênero.

3.2 Análise Crítica da Legislação Nacional e Internacional no Combate ao Tráfico de Mulheres para Exploração Sexual: Normas e Tratados Fundamentais

O comércio de mulheres para fins de exploração sexual constitui uma séria infração aos direitos humanos e impacta milhões de indivíduos globalmente. Diversas legislações e tratados internacionais e nacionais tratam de combater essa prática, estabelecendo normas e diretrizes para prevenir o tráfico, punir os infratores e apoiar as vítimas. A seguir, serão analisadas algumas das principais legislações e tratados internacionais e nacionais que servem como base para o enfrentamento desse crime.

A Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem, de 1959, estabelece a proibição da exploração sexual, mesmo com o consentimento das vítimas, e convoca os Estados a implementar ações para erradicar o tráfico de pessoas. Com isso, Artigo 1º da referida legislação aduz que:

Art. 1ª. As Partes na presente Convenção convencionam punir toda a pessoa que, para satisfazer as paixões de outrem:

- 1) Alicie, atraia ou desvie com vista à prostituição uma outra pessoa, mesmo com o acordo desta;
- 2) Explore a prostituição de uma outra pessoa, mesmo com o seu consentimento.

A Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem é um marco no combate ao tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e crianças, para fins de exploração sexual. Esse tratado é significativo, porque reconhece a exploração da prostituição como incompatível com os direitos humanos e estabelece que o consentimento da vítima não é uma justificativa para essa cruel exploração. Assim, a convenção adota uma postura firme contra a mercantilização do corpo humano, condenando o tráfico, independentemente de o ato ser forçado ou consentido.

Ainda, a convenção também é fundamental para o enfrentamento do tráfico internacional de mulheres, pois exige que os Estados signatários tomem medidas concretas

para criminalizar o tráfico, punir os responsáveis e proteger as vítimas. Ela obriga os países a colaborarem na prevenção e repressão do tráfico de pessoas e destaca a importância de medidas preventivas, como o combate às causas subjacentes, incluindo a pobreza e a desigualdade de gênero. Para apoiar as vítimas, a convenção recomenda a criação de políticas de assistência e reabilitação, promovendo uma abordagem humanitária e de direitos humanos no enfrentamento desse crime.

A importância da convenção se reflete na forma como influenciou legislações nacionais e protocolos subsequentes, como o Protocolo de Palermo (2000), que detalha a definição de tráfico de pessoas e reforça a cooperação internacional no combate ao problema. Ao estabelecer uma base para leis e políticas contra a exploração sexual, a convenção ajuda a guiar esforços globais para dismantelar redes de tráfico e proteger vítimas, especialmente mulheres e crianças, que são majoritariamente afetadas por essa forma de violência.

O Protocolo de Palermo, formalmente conhecido como Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, foi adotado em 2000 como um dos protocolos suplementares à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Ele representa uma importante evolução no combate ao tráfico de pessoas, estabelecendo uma definição clara e abrangente de tráfico e promovendo a cooperação internacional como um meio de enfrentar essa questão global.

A definição trazida pelo protocolo considera tráfico de pessoas qualquer ação que envolva o “recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou outras formas de coação” para fins de exploração, incluindo exploração sexual. Esta definição é fundamental, pois não se restringe ao tráfico para exploração sexual, abarcando também o trabalho forçado, a escravidão, e a remoção de órgãos. Contudo, no contexto da exploração sexual de mulheres, o protocolo é amplamente reconhecido como uma ferramenta que fortalece as legislações e práticas de combate a esse tipo de tráfico, ampliando suas definições, consoante o artigo 3º da referida legislação.

Art. 3º. Para efeitos do presente Protocolo:

a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o

trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos;

b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas, tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo, será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);

c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas", mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo;

Um aspecto crucial do tráfico de pessoas é que o consentimento da vítima se torna irrelevante se qualquer um dos métodos mencionados for utilizado. Isso reflete a compreensão de que o consentimento obtido sob coerção ou engano não é genuíno e, portanto, não pode ser utilizado como justificativa para a exploração.

Outrossim, é um importante instrumento para orientar as leis nacionais, pois desde a sua adoção, o Protocolo de Palermo tem servido como modelo para a criação e atualização de legislações nacionais sobre tráfico humano em diversos países, incluindo o Brasil, que promulgou a Lei nº 13.344/2016 em conformidade com os princípios do protocolo. Essa lei é um reflexo direto do compromisso do Brasil com os padrões internacionais estabelecidos pelo protocolo, incluindo a criminalização do tráfico para exploração sexual e a implementação de medidas de apoio às vítimas.

Embora a CEDAW trate amplamente de várias formas de discriminação contra mulheres, seu Artigo 6º é relevante para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, pois obriga os Estados a “tomarem todas as medidas apropriadas, incluindo legislação, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição de mulheres.” A Convenção reconhece que a discriminação e as desigualdades de gênero desempenham papel fundamental na vulnerabilidade das mulheres ao tráfico, reforçando a necessidade de uma abordagem de gênero nas políticas de combate a esse crime.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1979, é um tratado internacional fundamental para a promoção dos direitos das mulheres e o combate a diversas formas de discriminação, incluindo o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração. Conhecida como a "Carta Internacional dos Direitos da Mulher", a CEDAW adota uma abordagem abrangente para garantir a igualdade de gênero e exige que os Estados signatários implementem políticas eficazes para eliminar a discriminação contra as mulheres em todos os âmbitos sociais, econômicos e políticos.

Assim, urge mencionar o teor do artigo 6º da mencionada Convenção:

Art. 6º. Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição da mulher.

A CEDAW reconhece que as desigualdades de gênero contribuem para a vulnerabilidade das mulheres ao tráfico e à exploração. Em seu artigo 6º, a convenção especificamente insta os Estados a tomarem medidas para combater o tráfico de mulheres e a exploração da prostituição feminina, considerando esses crimes como formas de violência de gênero. Ao colocar o tráfico de mulheres sob a perspectiva dos direitos humanos e da igualdade de gênero, a CEDAW oferece uma base para que os países combatam o tráfico e protejam as vítimas de maneira mais eficaz, promovendo tanto a prevenção quanto a repressão.

Ademais, quanto ao incentivo referente a medidas legislativas e administrativas, a CEDAW estimula os países a adotarem leis e políticas específicas para prevenir e punir o tráfico de pessoas, integrando a perspectiva de gênero na criação de políticas nacionais e programas de combate. Essa recomendação visa assegurar que as medidas adotadas sejam eficazes no combate ao tráfico e adaptadas às necessidades das mulheres vítimas desse crime.

Com isso, no que tange aos mecanismos de monitoramento e relatórios, a CEDAW estabelece o Comitê CEDAW, responsável por monitorar a implementação da convenção e exigir que os países apresentem relatórios periódicos sobre as ações adotadas. Esse monitoramento garante uma avaliação contínua do progresso no combate ao tráfico e permite a revisão de políticas para maior eficácia.

A **Lei nº 13.344**, sancionada em 6 de outubro de 2016, representa um marco no combate ao tráfico de pessoas no Brasil, especialmente no que se refere à proteção e prevenção de vítimas desse crime. Essa legislação é fundamental para o fortalecimento de uma abordagem integrada e multidisciplinar, essencial para lidar com a complexidade do tráfico de pessoas, que frequentemente envolve aspectos sociais, econômicos e culturais, conforme disposto no artigo 4º

Art. 4º A prevenção ao tráfico de pessoas dar-se-á por meio:

- I - da implementação de medidas intersetoriais e integradas nas áreas de saúde, educação, trabalho, segurança pública, justiça, turismo, assistência social, desenvolvimento rural, esportes, comunicação, cultura e direitos humanos;
- II - de campanhas socioeducativas e de conscientização, considerando as diferentes realidades e linguagens;
- III - de incentivo à mobilização e à participação da sociedade civil; e
- IV - de incentivo a projetos de prevenção ao tráfico de pessoas.

Essa legislação enfatiza a realização de campanhas educativas e de sensibilização, especialmente direcionadas a comunidades vulneráveis, como forma de fortalecer a vigilância nas fronteiras e impedir práticas de aliciamento. Essas ações visam atacar as causas estruturais do tráfico, como a desigualdade social, a pobreza e a falta de acesso a oportunidades, buscando criar um ambiente mais seguro e informado.

A lei também se destaca pelo aumento das penas e pela repressão ao tráfico de pessoas. Preveem-se sanções severas, especialmente para casos que envolvem violência, crianças ou redes criminosas organizadas, como as máfias transnacionais. As penas de reclusão visam desestimular o crime e oferecer uma resposta mais eficaz diante da gravidade da situação, reforçando a postura punitiva do Estado.

Por fim, a Lei nº 13.344/2016 reconhece a natureza transnacional do tráfico de pessoas e incentiva a cooperação internacional e interinstitucional. A colaboração entre instituições nacionais, órgãos internacionais e ONGs é crucial, uma vez que o tráfico frequentemente envolve redes que operam em diversos países. Essa cooperação integrada é vital para o combate efetivo a esse crime, permitindo a troca de informações e experiências, além de fortalecer as ações de enfrentamento em uma escala global.

Assim, tal legislação é um instrumento fundamental no enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil, consolidando um conjunto de ações estratégicas que buscam prevenir o crime, punir os envolvidos e, sobretudo, proteger e reabilitar as vítimas. Essa legislação coloca o Brasil em uma posição mais alinhada aos padrões internacionais, promovendo uma resposta integrada e humanitária a um problema global.

O **Artigo 149-A** do Código Penal Brasileiro, introduzido pela **Lei nº 13.344/2016**, estabelece uma definição abrangente do crime de tráfico de pessoas, especificando ações como agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoas mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso. A inclusão da **exploração sexual** como uma das finalidades desse crime é uma resposta legislativa à gravidade dessa violação dos direitos humanos, que afeta especialmente mulheres e crianças, colocando-as em situações de vulnerabilidade extrema.

Tráfico de Pessoas

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

V - exploração sexual.

O artigo enfatiza que o consentimento forçado não legitima a exploração e destaca os avanços da Lei 13.344/2016, que fornece uma definição mais clara e eficaz para o combate ao tráfico de pessoas, especialmente em redes transnacionais. A legislação reforça, assim, a proteção das vítimas e a importância da luta contra o tráfico de mulheres para fins sexuais.

O Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas é uma política pública brasileira que visa a combater o tráfico de pessoas em suas diversas formas, incluindo o tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual. O plano é um esforço do governo brasileiro para alinhar o país às diretrizes internacionais e oferecer uma abordagem mais ampla e estratégica para enfrentar essa violação de direitos humanos.

O tráfico de mulheres para exploração sexual é um dos focos do plano, considerando que a grande maioria das vítimas do tráfico humano são mulheres, muitas vezes aliciadas e transportadas para fora do país com promessas falsas de emprego ou estudo. O plano trabalha para enfrentar o tráfico de mulheres com uma visão de gênero, reconhecendo que essas mulheres enfrentam formas de violência específicas e precisam de políticas que respondam a essas necessidades. A exploração sexual é uma violação grave e persistente dos direitos das mulheres e exige respostas coordenadas que abordem as causas estruturais, como a desigualdade de gênero e a vulnerabilidade socioeconômica.

O Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas representa, portanto, um esforço relevante para garantir que as políticas públicas brasileiras sejam mais eficazes na proteção das mulheres contra o tráfico, promovendo estratégias de prevenção, apoio e punição que reconheçam a complexidade e os fatores específicos que envolvem esse crime.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou os aspectos penais do tráfico internacional de mulheres para exploração sexual, destacando os desafios na proteção das vítimas e na punição dos responsáveis. Para isso, foram analisadas as dinâmicas desse crime em nível global, as medidas legais vigentes e as dificuldades enfrentadas pelo sistema de justiça na investigação e combate ao tráfico.

O estudo permitiu avaliar a eficácia das políticas públicas e ações governamentais, identificando barreiras legais, sociais e institucionais que dificultam a proteção das vítimas. Também foram analisados o perfil dessas vítimas e dos traficantes, considerando fatores socioeconômicos que contribuem para a vulnerabilidade e perpetuação desse crime.

A dificuldade em identificar vítimas e investigar redes criminosas favorece a impunidade, tornando essencial o fortalecimento da cooperação internacional, a capacitação das autoridades e a implementação de ações preventivas. Além disso, garantir proteção efetiva às vítimas é fundamental para reduzir os impactos do tráfico e facilitar sua reintegração social.

Esperamos que este estudo contribua para a conscientização da sociedade e das autoridades, incentivando o aprimoramento das políticas de combate ao tráfico humano e assegurando justiça para as vítimas. Assim, recomenda-se um aprofundamento contínuo do tema para fortalecer as estratégias de enfrentamento desse crime global.

REFERÊNCIAS

BIJUS, L; BIJUS, C. **Tráfico internacional de pessoas: instrumentos legais e políticas públicas**. 2011. 234 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Revista de Mestrado em Direito, Osasco, 2011.

BRASIL, Nações Unidas. **Pobreza e desemprego são principais fatores que influenciam o tráfico de pessoas no Brasil, aponta relatório**. 2021. Acesso em: 24 fev. 2025. <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/09/pobreza-e-desemprego-principais-fatores-que-influenciam-o-trafico-de-pessoas-no-brasil.html>

BRASIL. **Convenção nº 4377**, de 13 de setembro de 2002.

BRASIL. **Convenção nº Decreto 46.981**, de 21 de março de 1950. Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio. Lake Success, Nova York.

BRASIL. **Decreto nº 12121**, de 30 de julho de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5017**, de 12 de março de 2004. Protocolo de Palermo.

BRASIL. **Decreto Lei nº 2848**, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. **Lei nº 13344**, de 06 de outubro de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 46981**, de 08 de outubro de 1959.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. 2a tiragem. São Paulo: Saraiva, 2006.

MIGRAÇÕES, Organização Internacional Para As. **Tráfico Internacional de Pessoas no Brasil: Crime em Movimento, Justiça em Espera: relatório de avaliação de necessidades sobre o tráfico internacional de pessoas e crimes correlatos**. 2022. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/tr%C3%A1fico-pessoas-web.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

OLMOS, C. P. **Direito do Trabalho e Processo do Trabalho** (1ª ed.). Enciclopédia Jurídica da PUCSP. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.

SILVA, S. G. **Preconceito e discriminação:** as bases da violência contra a mulher. SciFlo

SILVA, S. G. **Preconceito e discriminação:** as bases da violência contra a mulher. Psicologia: Ciência e Profissão, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 556-571, set. 2010. FapUNIFESP (SciELO). Acesso em 22 fev. 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932010000300009>.

SENADO, Agência. **Tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo: uma conexão alarmante no Brasil.** 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/07/trafico-de-pessoas-exploracao-sexual-e-trabalho-escravo-uma-conexao-alarmando-no-brasil>. Acesso em: 22 fev. 2025.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

LUSTOSA, L. E. S; GONÇALVES, S. N; SILVA, W. M. A. Os Aspectos Penais do Tráfico Internacional de Mulheres para fins de Exploração Sexual: Desafios para a Proteção e Justiça. **Rev. FSA**, Teresina, v. 22, n. 4, art. 5, p. 88-105, abr. 2025.

Contribuição dos Autores	L. E. S. Lustosa	S. N. Gonçalves	W. M. A. Silva
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X